

A CONSTRUÇÃO DO PAPEL REGIONAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO RIO BRANCO

THE BRAZILIAN REGIONAL ROLE'S CREATION: AN ANALYSIS OF THE RIO BRANCO'S PERIOD

ALEXANDRE PIFFERO SPOHR

LUIZA SALAZAR ANDRIOTTI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: alexandre.spohr@gmail.com

Resumo: O presente artigo visa a examinar as características do Brasil no período em que o Barão do Rio Branco era Ministro de Relações Exteriores. Serão analisadas as principais atuações do Ministério de Relações Exteriores durante o período, sejam elas: sua interação com os demais países sul-americanos e sua relação com os Estados Unidos. A partir dessa análise, pretende-se investigar a elevação do status brasileiro dentro do contexto regional (América do Sul) durante o período e elucidar esse fato através das medidas tomadas pela diplomacia à época.

Palavras-chave: Rio Branco – Brasil – Potência regional – América do Sul – Estados Unidos

Abstract: *This article aims to examine the characteristics of the period in which the Baron of Rio Branco was the Brazilian Foreign Affairs Minister. Through this analysis it is intended to study the country's emergence as a regional power during this period and explain the reasons why such concept is attributed to Brazil through the measures taken and the other countries' visions regarding the country. We will analyze the Ministry of Foreign Affairs' main actions during the period: its interaction with its South American neighbors and its relations with the United States.*

Keywords: Rio Branco – Brazil – Regional Power – South America – United States

Introdução

A política externa brasileira tem como característica marcante um protagonismo regional e uma intermitente autonomia com respeito ao resto do mundo. Atualmente, de acordo com os diferentes conceitos existentes, é possível dizer que o Brasil detém posição destacada regionalmente¹. Uma análise da política externa do começo republicano do Brasil demonstra a presença, ainda que incipiente, de traços dessa política externa no período em que o Barão de Rio Branco² comandava a pasta de Relações Exteriores. O período em que Rio Branco conduziu as relações exteriores do Brasil criou padrões de política externa que foram seguidos por diversos chanceleres que o sucederam.

Rio Branco obteve diversas conquistas territoriais, políticas e diplomáticas, acompanhadas por uma grande aprovação pública. Sua atuação em âmbito continental, seja na delimitação de fronteiras seja na formação de uma aliança com outros poderes regionais, Chile e Argentina, marcou o início de seu papel de destaque no continente. Suas boas relações com os Estados Unidos lhe permitiu uma maior liberdade de atuação. A emergência brasileira no cenário internacional e a consolidação de seu papel regional no período em que o Barão de Rio Branco ocupou o posto de Ministro de Relações Exteriores (1902-1912) é o tema de análise do presente artigo.

A análise deste artigo será conduzida de forma a verificar sua hipótese: a diplomacia brasileira sob o Barão de Rio Branco elevou o status internacional do Brasil em especial na sua região. O estudo dos avanços da diplomacia brasileira no período se torna assim o principal objetivo deste trabalho. A fim de melhor compreender a história da projeção

¹ Tomamos como indicativos pré-requisitos utilizados para classificar um país como predominante na região. Seriam eles: a capacidade de um país em agir dentro de um subsistema regional de forma a garantir seus interesses, mas sem necessariamente conseguir fazê-lo com tanta força no sistema internacional. Para a formulação de nosso conceito são utilizadas algumas das noções de potência regional presentes em Huntington (1999).

² José Maria da Silva Paranhos Júnior, filho do Visconde do Rio Branco, um dos principais primeiros-ministros do Segundo Reinado. Por 24 anos foi cônsul-geral em Liverpool, mas foram seus estudos aprofundados sobre a história e a geografia do Brasil e o decorrente sucesso nas negociações pelas fronteiras com a Argentina e com a Guiana Francesa que lhe garantiram o cargo de Ministro de Relações Exteriores por quatro mandatos, de 1902 até 1912 (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca).

brasileira e a importância do Período Rio Branco, o artigo se focará em dois principais âmbitos: o âmbito das suas relações com os países da América do Sul e o âmbito das suas relações com os Estados Unidos. A escolha desses dois âmbitos deriva da centralidade deles para a diplomacia brasileira no período, uma vez que a América dos Sul sempre ocupou um papel proeminente na agenda externa brasileira, e, no período analisado, os Estados Unidos iniciavam sua ascensão no cenário global. O desenvolvimento da análise desses dois âmbitos será realizado a partir de revisão bibliográfica.

América do Sul: definição de fronteiras e articulação regional

A atuação do Barão de Rio Branco na América do Sul se caracterizou por três elementos principais: a definição das fronteiras do Brasil, a aliança com os principais poderes do continente e a articulação multilateral nas Conferências Internacionais Americanas, sendo os traços fundamentais para a projeção global. Historicamente, é reconhecida a Rio Branco a definição última das fronteiras brasileiras. Sua atuação tanto como defensor dos interesses brasileiros nos processos de arbitragem quanto como ministro de Relações Exteriores foi fundamental para a atual configuração das fronteiras brasileiras (GOES FILHO, 2002).

Em 1893 Rio Branco foi convocado a substituir o advogado que cuidava da Questão de Palmas³. Seu conhecimento aprofundado da história e da geografia brasileira e americana lhe permitiu articular diversos argumentos, levando à vitória brasileira no litígio, conferindo cerca de 30.000 km² ao Brasil. O sucesso dessa arbitragem fez com que seu nome fosse indicado para defender os interesses nacionais na Questão do Amapá⁴. O sucesso do laudo suíço garantiu ao Brasil um território de 260.000 km².

Foram os resultados dessas arbitragens que fizeram Rio Branco deixar o Consulado-Geral de Liverpool para se tornar ministro plenipotenciário em Berlim, cargo que ocupou até 1902, quando assumiu a pasta de Relações Exteriores do governo Rodrigues Alves. Novamente em 1901 sua perícia foi convocada para resolver outra questão de arbitragem fronteiriça: a

³ A Questão de Palmas, ou Questão das Missões, se referia ao litígio entre Argentina e Brasil pela região que hoje corresponde ao oeste catarinense. O caso foi submetido à arbitragem do então presidente estadunidense, Grover Cleveland (1893-1897), com resultado final a favor do Brasil.

⁴ A Questão do Amapá concerniu a disputa entre França e Brasil na fronteira entre Brasil e a Guiana Francesa, devido à não-aceitação francesa do rio Oiapoque como limite entre sua Guiana e o Amapá. O caso foi submetido à arbitragem do então presidente da Suíça, Walter Hauser, que deu ganho de causa ao Brasil.

Questão do Pirara⁵. O resultado negativo dessa arbitragem levou o Brasil a evitar tal procedimento a partir de então (CORRÊA, 2002).

Ao assumir o cargo de Ministro de Relações Exteriores, Rio Branco se incumbiu de resolver mais uma disputa brasileira por território: a Questão do Acre⁶. O sucesso das negociações, que auferiram ganhos territoriais ao Brasil, fomentou a já existente disputa territorial entre Brasil e Peru. O caso acreano foi exemplo do repúdio de Rio Branco à arbitragem, tendo se valido de negociações bilaterais e de constrangimentos militares, como o deslocamento de tropas brasileiras para a região, mesmo que poucas, para obter tais resultados. A disputa com o Peru, que ocorreu após a resolução da situação do Acre, também se tratava de disputas territoriais e foi bastante crítica para o Brasil, devido ao baixo contingente militar brasileiro (GUEDES, 2002). Após cinco anos de negociações, o Brasil acabou por perder apenas 39.000 dos 403.000km² disputados com o Peru. O resultado, obtido em 1909, foi uma vitória da diplomacia brasileira.

Outros litígios fronteiriços menores foram resolvidos bilateralmente entre Brasil e Holanda (1906)⁷ e Brasil e Colômbia (1907)⁸. O caso uruguaio merece especial consideração, uma vez que a contestação da República Oriental do Uruguai (1910)⁹ foi respeitada rapidamente por Rio Branco. Esse caso contribuiu para a pacificação de região da Bacia do Prata, além de demonstrar a boa vontade do Brasil para com seus vizinhos¹⁰ e legitimar suas demais reivindicações territoriais (SANGUINETTI, 2002). O resultado da atuação de Rio Branco na definição das fronteiras brasileiras foi determinante, uma vez que nove tratados de definição de fronteiras foram assinados. A partir de então “o que pode haver são problemas ‘na’ fronteira, mas não ‘de’ fronteira” (GOES FILHO, 2002, 125).

⁵ A Questão do Pirara foi resultado das disputas fronteiriças entre Grã-Bretanha e Portugal (posteriormente Brasil) pela região limítrofe entre o Brasil e a Guiana (inglesa). Em 1901 o litígio é submetido à arbitragem do rei da Itália, Vítor Emanuel III, que deu ganho de causa à Grã-Bretanha.

⁶ Essa disputa foi uma das façanhas mais conhecidas de Rio Branco, tratando-se da negociação com a Bolívia pela região boliviana que se tornaria o Acre brasileiro, que terminou por ser vendida ao Brasil por 2 milhões de libras, referentes a um território de 191.000 km², através do Tratado de Petrópolis de 1903 (CORRÊA, 2002).

⁷ Após a resolução da Questão do Amapá, Rio Branco firmou o Tratado de limites com o ministro holandês, Frederic Palm, definindo o divisor de águas como fronteira entre o Brasil e a atual República do Suriname (à época Guiana Holandesa) (CARVALHO, 1998).

⁸ O Barão de Rio Branco conseguiu reverter o laudo da Rainha Cristina quanto à disputa entre os países e firmar o Tratado de Limites e Navegação Fluvial (CARVALHO, 1998).

⁹ Exigia-se a livre navegação no rio Jaguarão e na lagoa Mirim, o que foi concedido junto com o condomínio da utilização de ambos, como a cidade de Rio Branco na fronteira com Jaguarão.

¹⁰ O caso também resultou na melhora da imagem brasileira perante os uruguaios, que inclusive fizeram diversas homenagens ao Barão de Rio Branco.

Historicamente oscilante entre momentos de cooperação e antagonismo, as relações entre Brasil e Argentina apresentaram essa dicotomia também durante a gestão de Rio Branco. Durante o período em que Estanislao Severo Zeballos¹¹ foi chanceler da Argentina, houve uma corrida armamentista entre as duas maiores repúblicas da América do Sul, sendo o Brasil mais fraco militarmente. A influência de Zeballos sobre algumas mídias nacionais, como o jornal *La Prensa*, levou a um crescente sentimento de disputa entre os dois países. Contudo, a vitória diplomática de Rio Branco no caso do telegrama nº9¹² acabou com a credibilidade de Zeballos. A eleição de Roque Saénz Peña (1910-14) foi bem recebida pelo Brasil, que enviou diversas homenagens e votos ao novo presidente. Apesar da melhora das relações, a corrida armamentista, ainda fomentada pelas desconfianças históricas entre os países, só foi encerrada por um acordo cordial entre os países (BUENO, 2003).

No início do século XX, os países mais fortes do continente sul-americano eram os vencedores das duas maiores guerras que a região presenciou, a Guerra do Paraguai e a Guerra do Pacífico. Enquanto Brasil e Argentina saíram vitoriosos, embora enfraquecidos, da Guerra da Tríplice Aliança, o Chile derrotou Peru e Bolívia na Guerra do Pacífico. Rio Branco, antes de se tornar chanceler, já considerava uma aliança entre os três países fundamental para o estabelecimento e a manutenção da paz no continente, além de possibilitar o desenvolvimento das nações e uma hegemonia brasileira. Para tanto, já pensava em uma aliança, que mais tarde ficou conhecida como Triângulo ABC.

A formação de uma aliança com Chile e Argentina era de extrema importância para a perseguição dos interesses brasileiros nas Américas. O Brasil enfrentava uma visão negativa de seus vizinhos a respeito de seu comportamento, embora menos preconceituosa do que no Império¹³, e de sua relação com os Estados Unidos¹⁴, o que minava a liberdade de atuação externa brasileira em âmbito continental. A concretização de uma aliança com grandes países da região, além de incluir melhor o Brasil nos assuntos continentais, lhe permitiria usufruir da

¹¹ Ministro de Relações Exteriores da Argentina em três períodos diferentes (1889-90, 1891-92 e 1905-08), Estanislao Zeballos foi o maior rival de Rio Branco na Argentina. Tendo perdido a arbitragem na Questão de Palmas, sempre buscou minar a credibilidade do chanceler brasileiro (LARRIQUETA, 2002).

¹² Zeballos tentou acusar Rio Branco de articular uma aliança com o Chile contra os argentinos a partir de um telegrama interceptado e supostamente decifrado. Rio Branco revelou o código do telegrama, desmentindo e desmoralizando Zeballos.

¹³ No período do Império, os países hispano-americanos detinham um grande receio nas relações com o Brasil, uma vez que esse ainda se inseria fortemente nas relações europeias e por ser o único Império no continente.

¹⁴ Abordada na próxima seção.

influência compartilhada dos três países. Esses países eram detentores dos maiores exércitos do continente, e sua influência permitiu o término de conflitos de outros países sul-americanos com o Brasil. Exemplo disso é caso peruano, que foi aos poucos, com a intensificação da aliança chileno-brasileira, reduzindo suas exigências para com o Brasil nas questões fronteiriças (BUENO, 2002).

A efetivação da parceria do Triângulo ABC foi uma das maiores defesas de Rio Branco. Em cartas a outras autoridades brasileiras, ele considerava Zeballos como um dos principais empecilhos a esse objetivo. A saída de Zeballos da pasta de relações exteriores e o estreitamento das relações entre Brasil e Argentina permitiu a intensificação das negociações, embora receios de todas as partes tenham persistido, como o desinteresse brasileiro em acordar qualquer tipo de equivalência naval. Contudo, a formalização da aliança só veio após a morte de Rio Branco, sem prejuízos para a importância da conquista.

Em 25 de maio de 1915, em Buenos Aires, os ministros de Relações Exteriores da Argentina, José Luis Murature, do Brasil, Lauro Müller, e do Chile, Alejandro Lyra, assinaram o Tratado do ABC, formalizando a aliança. Esse grupo foi considerado por muitos como uma Tríplice Entente, como o equivalente estadunidense ao sul do continente americano ou como uma força internacional (BUENO, 2003). O fato é que esse grupo desempenhou uma função reconhecidamente importante na resolução do conflito de Veracruz¹⁵, organizando uma reunião de representantes dos EUA e do México nas Cataratas do Niágara para evitar o aprofundamento das tensões (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010). Além disso, os três países também auxiliaram na resolução da Guerra do Chaco¹⁶.

No final do século XIX, os Estados Unidos perceberam que suas relações comerciais com a América do Sul eram extremamente fracas se comparadas às da Europa com essa região. Por essa razão e devido à importância geoestratégica do controle e da estabilização do continente americano, os EUA promoveram a I Conferência Internacional Americana em 1889-90, em Washington. Essa foi a primeira de muitas conferências, que reuniram quase todos os países

¹⁵ Após confrontos entre tropas estadunidenses e rebeldes mexicanos, os EUA tomaram o porto de Veracruz, gerando um impasse nas relações entre esses países norte-americanos.

¹⁶ Conflito entre Paraguai e Bolívia pela região boliviana do Chaco, conquistada pelos paraguaios em 1935.

das Américas decidindo temas de interesse continental e, de certa forma, multilateralizando a Doutrina Monroe.

Em 1906 foi organizada a III Conferência Internacional Americana, sediada no Rio de Janeiro, reunindo um número bastante elevado de representantes de países americanos. A agenda dessa conferência gerou bastante discussão durante sua criação, e os debates decorrentes foram de grande importância para a agenda continental. Embora o Brasil tenha se mantido menos ativo do que outros países, algumas das discussões foram do interesse brasileiro. Seu alinhamento com os Estados Unidos e a descrença de Rio Branco nos benefícios de fóruns multilaterais para o Brasil foram as principais causas para seu pouco envolvimento nas discussões. Com efeito, as decisões tomadas a nessa conferência foram pouco significativas (FONSECA JUNIOR, 2002).

As relações do Brasil com os Estados Unidos e sua importância

Embora seja possível dizer que as relações do Brasil com os Estados Unidos tenham desenvolvido um caráter mais concreto e tenham ganhado maior importância durante o período de Rio Branco, o processo de maior atenção em relação aos EUA se inicia já na época do Império, tomando mais força e forma após a proclamação da República em 1889. O impressionante crescimento dos fluxos comerciais com os EUA durante essa época já havia despertado o interesse brasileiro em estabelecer relações mais concretas com o país norte-americano. Deve-se ter em mente, também, que os Estados Unidos haviam se elevado a potência mundial nos primeiros anos do século XX. É nesse contexto, então, que Rio Branco continua e a intensifica uma política já iniciada em relação aos EUA, desenvolvendo uma lógica de política externa que tinha como um de seus principais alvos a aproximação com a potência norte-americana (CERVO; BUENO, 2012).

Um dos marcos das relações entre Brasil e EUA se dá em 1889 com a proclamação da República. Ao ser instituída a República no Brasil, ocorre um afastamento em relação ao modelo político europeu ao mesmo tempo em que ocorre uma aproximação com o modelo estadunidense. O rompimento com a família monárquica europeia e a adoção do modelo republicano aproximavam Brasil e EUA tanto pelo fim de muitas das diferenças político-ideológicas entre os dois países, quanto pelas mudanças que isso implicava nas relações internacionais do país com as monarquias europeias. Dentro desse contexto de aproximação

institucional, a intensificação das relações com os Estados Unidos foi uma decisão principalmente política, apesar da forte importância comercial das relações para o Brasil (TOPIK, 2002). Além disso, como a República enfrentava problemas de aceitação dentro e fora do país, o Brasil precisava manter relações fortes com os Estados Unidos, visando a manter sua estabilidade. Estabilidade essa também consideravelmente relevante para o governo estadunidense, considerando as possíveis consequências que o enfraquecimento da República brasileira poderia ter para a sua política externa.

Com as mudanças no cenário mundial e a elevação dos EUA ao status de potência no sistema internacional, além do seu crescente fluxo comercial com o Brasil, Rio Branco tomou como uma de suas principais políticas a “amizade” do Brasil com os EUA. Essa relação era necessária para que o Brasil conseguisse uma maior margem de executar seus objetivos de política externa com sucesso. A capacidade militar dos EUA em relação aos países hispânicos da América Latina acrescentava uma importância estratégica maior ainda às relações, de cuja natureza unilateral o Brasil se beneficiava, facilitando na consolidação do território nacional brasileiro, uma vez que o país se encontrava em disputas territoriais que envolviam potências europeias.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos também viam as relações com os brasileiros como importantes para consolidar a preponderância dos norte-americanos sobre a política pan-americana, tendo o Brasil como aliado nesse sentido. Para essa finalidade, houve episódios em que Washington fortaleceu o papel do Brasil nas relações interamericanas, valorizando a posição do país em foros internacionais (TOPIK, 2002).

A tendência de crescimento do comércio com os estadunidenses se mostrou consolidada durante o período no qual Rio Branco esteve na chancelaria. Os EUA passaram a ser o maior importador não só do café brasileiro, mas também de borracha e cacau, se tornando o maior comprador dos produtos brasileiros, muito à frente das potências europeias; entre 1908 e 1912, a média de exportações brasileiras para os EUA era quase o dobro daquela que se direcionava à Europa (BUENO, 2003). Essa relação comercial especial com o Brasil se devia, principalmente, ao fato de o Brasil produzir mercadorias que não tinham grande concorrência dentro dos EUA, como produtos tropicais. No entanto, essa relação comercial não era completamente simétrica: enquanto os produtos brasileiros não pagavam impostos dentro do mercado estadunidense, os produtos estadunidenses sofriam taxaço no mercado brasileiro.

Ainda, os EUA importavam muito mais produtos do Brasil do que o Brasil importava dos EUA¹⁷, o que, por muitos anos e durante todo o período de chancelaria de Rio Branco, garantia um superávit para o Brasil (BURNS, 1966). Contudo, é importante ter em mente que, ao mesmo tempo, crescia a dependência brasileira dos importadores estadunidenses, fator devidamente considerado pela diplomacia no período e que acabaria por influenciar e pautar certos aspectos da política externa.

No entanto, as vantagens comerciais e a relação histórica de relativa amizade em relação aos EUA não constituíam os únicos fatores para uma maior aproximação do Brasil durante o período. Os dois países possuíam outros fatores de aproximação. Além de serem gigantes em seus hemisférios, ambos se encontravam cercados no meio de um ambiente hispano-americano, sendo que, à época, o Brasil enfrentava vários problemas e desentendimentos territoriais com seus vizinhos. A relativa desconfiança do Brasil em relação aos seus vizinhos gerada por essa situação era compensada através da relação com os EUA. A posição internacional dos EUA e sua crescente presença no cenário internacional desde a guerra com a Espanha¹⁸ faziam das relações brasileiras com a futura potência um importante recurso da política brasileira. Essa relação contribuía para a construção de uma imagem de prestígio do Brasil regional e internacionalmente, um dos objetivos que permeavam a ação de Rio Branco. Além disso, as relações com um país que passava, cada vez mais, a adquirir uma posição forte no sistema internacional também permitiam ao Brasil ter um maior respaldo em suas negociações e, logo, uma maior capacidade de manobra diplomática em relação aos seus vizinhos e uma melhora de sua posição em relação às potências europeias.

Uma importante relação a ser analisada é aquela que era mantida com os EUA desde 1824, ou seja, a aceitação da Doutrina Monroe¹⁹. Desde logo depois da declaração da doutrina, o Brasil se mostrou favorável, a fim de preservar sua independência das potências europeias (TOPIK, 2002). Em 1904, já durante o período de Rio Branco na chancelaria, o presidente estadunidense Theodore Roosevelt declarou a intenção de realizar intervenções em países instáveis, principalmente do Caribe, declaração que ficou conhecida como o Corolário

¹⁷ Durante o período de Rio Branco, o Brasil teria chegado a exportar aos EUA quatro vezes mais do que importava desse mesmo país (BURNS, 1966).

¹⁸ Ocorrida em 1898 devido aos conflitos entre Estados Unidos e Espanha na região das colônias espanholas no Caribe. A guerra acabou com a Espanha cedendo Cuba, Guam, Filipinas e Porto Rico aos estadunidenses, além de ser um marco do reconhecimento internacional do poder militar dos Estados Unidos.

¹⁹ Doutrina anunciada pelo presidente James Monroe em 1823 que ia contra as intervenções europeias no continente americano.

Roosevelt²⁰ da Doutrina Monroe. Rio Branco recebeu o corolário de forma positiva, uma vez que o Brasil nada teria a temer: era um país que se encontrava em uma época de estabilidade política, com suas contas externas em ordem (BUENO, 2003).

Dessa forma, o corolário e a ameaça das intervenções não se aplicariam ao Brasil, pelo contrário, Rio Branco via uma semelhança entre a situação brasileira e a estadunidense: assim como os EUA, o Brasil também enfrentava problemas com as turbulências de seus países vizinhos e já havia realizado intervenções na região do Prata anteriormente (BUENO, 2003). Essa visão mostrava uma tendência à interpretação multilateral da doutrina Monroe, ou seja, ela era interpretada pelo Brasil como não devendo se restringir apenas aos EUA a capacidade de intervenção nas Américas a fim de evitar intervenções europeias. Apesar das diferenças nas interpretações, os países não chegaram a discutir as definições entre si, o que poderia representar uma capacidade brasileira de utilizar os termos como lhe fosse conveniente, fato que mostraria certa capacidade de independência mesmo na interpretação de uma importante doutrina da política estadunidense.

Em 1905, a criação de uma embaixada brasileira nos EUA e de uma embaixada estadunidense no Brasil²¹ também representou importante ato para o status brasileiro no âmbito regional. Ao ser o único país da América do Sul a possuir, reciprocamente, um sistema de embaixadas com os EUA, o Brasil passava a se diferenciar dos outros países sul-americanos, estando em posição de prestígio em relação a eles. Isto é, havia um efeito na percepção dos vizinhos sul-americanos em relação ao rumo que tomavam as relações entre Estados Unidos e Brasil. Essas poderiam ser percebidas tanto como um sinal maior relevância da política externa brasileira, quanto como um fator de ameaça pelos países vizinhos (BURNS, 1966, BUENO, 2003).

No entanto, a política de Rio Branco em relação aos EUA não se baseava em um alinhamento automático com a política estadunidense. Um dos trunfos de Rio Branco foi ter utilizado a importância das suas relações com os EUA para seus próprios objetivos (BURNS, 1966).

²⁰ O corolário Roosevelt estava inserido em um contexto de expansão da Doutrina Monroe pelo presidente Theodore Roosevelt. Com a instabilidade de certos países americanos menores, via-se a possibilidade de intervenções europeias nesses países. Logo, para Roosevelt, intervenções americanas nesses países seriam necessárias contra a influência europeia e a favor da política de “América para os americanos”.

²¹ Em janeiro de 1905, foram elevadas ao status de embaixada as legações estadunidense no Brasil e brasileira nos Estados Unidos. Isso acabava por diferenciar o Brasil das outras nações latino-americanas, tendo grande repercussão na mídia nacional e estrangeira (BUENO, 2003).

Quando havia discordância, o Brasil mantinha uma posição coerente em relação aos seus propósitos. Um dos casos mais fortes em relação a essa capacidade brasileira de manter seus interesses pode ser observado no caso do preço do café²², que se estendeu até pouco depois da morte de Rio Branco. Nesse caso, o Brasil conseguiu, apesar dos esforços estadunidenses, acabar com a questão de forma favorável ao Brasil. É importante lembrar, também, que nesse momento os Estados Unidos enfrentavam problemas com o México e necessitavam de apoio de outros países latino-americanos (BUENO, 2003). Ou seja, apesar das vantagens que a relação com os EUA trazia, o Brasil ainda pretendia seguir seus próprios objetivos sem ter que depender inteiramente dos Estados Unidos.

A aproximação com os Estados Unidos teria servido, dessa forma, “aos propósitos políticos do chanceler no plano sub-regional (América do Sul)” (CERVO; BUENO, 2012:191). O estreitamento das relações tinha não só um caráter defensivo e preventivo, mas também permitia ao Brasil agir com maior desenvoltura em relação aos seus vizinhos (CERVO; BUENO, 2012).

As atividades do Brasil como potência regional

A partir da análise histórica das políticas e ações de Rio Branco em seu período de Ministro de Relações Exteriores, além das consequências dessas para o futuro da inserção brasileira no sistema mundial, pode se avaliar muitas das atividades de política externa do Brasil como características de uma potência regional. Para tanto, sua atuação no âmbito da América do Sul e suas relações com os Estados Unidos devem ser estudadas a partir de uma visão mais analítica.

A delimitação das fronteiras brasileiras, durante o período em que Rio Branco ocupou o cargo de ministro de Relações Exteriores e mesmo quando era negociador nos processos de arbitragem, demonstrou o potencial persuasório da diplomacia brasileira. Esse traço foi extremamente influenciado pelo perfil de Rio Branco e teve fortes influências nos chanceleres que o sucederam. A utilização da diplomacia foi de grande importância na resolução de todos os litígios. O Brasil conseguiu fazer vencer sua vontade na maioria dos casos, à exceção da Questão do Pirara, que resultou na condenação da arbitragem por Rio Branco enquanto via de

²² Com a desvalorização do preço do café no mercado estadunidense, o governo de São Paulo recorreu a um esquema de valorização do produto. Essa valorização artificial ia contra os princípios da política antitruste do presidente Taft. No entanto, após várias negociações, o Brasil acabou encerrando a questão a seu favor no ano de 1913.

solução de disputas. A resolução da disputa com o Uruguai foi emblemática do papel do Brasil na manutenção da estabilidade e da paz no continente, além de demonstrar o potencial de concessões com fins de perpetuação de sua imagem coerente para todos os países, como se valeu na disputa com o Peru (GOES FILHO, 2002).

Os ensejos de potência do Brasil esbarraram inicialmente com a vizinha Argentina. As relações com essa e a corrida armamentista disputada com ela, e em menor escala com o Chile, podem ser comparadas às potências europeias. A forma como o Brasil conseguiu impedir essa disputa de prejudicar seus objetivos é compatível às estratégias de uma potência que visa à hegemonia regional. A desmoralização do chanceler argentino e o estabelecimento de boas relações com o novo governo, com o cessar das hostilidades e da escalada armamentista, foram uma grande vitória brasileira (LARRIQUETA, 2002).

A formação de uma aliança na América do Sul entre os países mais fortes do continente é mais uma estratégia comparável às desenvolvidas por potências. A liderança das ideias de Rio Branco na formação do Triângulo ABC, embora contestada pelos argentinos, demonstra a preocupação global do chanceler. Além disso, o papel desse grupo na resolução de conflitos externos às preocupações primárias de seus países e o reconhecimento a ele dispensado por potências europeias e pelos Estados Unidos são fortes sinais da força que o Triângulo ABC atingiu. Exemplo claro disso é o entendimento normal de que as Américas apresentavam um paralelismo entre o poderio estadunidense ao norte e o do Triângulo ABC ao sul (BUENO, 2002).

Embora as atividades brasileiras nas Conferências Internacionais Americanas tenham sido bastante reduzidas, sua indicação com sede da terceira edição da cúpula, precedida apenas por Estados Unidos e México, demonstra o peso diplomático do país. O baixo nível de interesse brasileiro por essa instância se deveu ao repúdio de Rio Branco, seguido por outros chanceleres, pelo multilateralismo, consequência do litígio com a Guiana Inglesa (FONSECA JUNIOR, 2002).

Muitas das realizações brasileiras na América do Sul foram possíveis graças à estratégica e fundamental relação com os Estados Unidos, país que já se encontrava em posição importante no sistema internacional, principalmente em relação às suas capacidades militares e

econômicas. Essa relação foi fundamental para a elevação do status do Brasil na América do Sul e para uma melhora de sua situação frente às potências europeias. Como já mencionado, o respaldo dado pela relação com os EUA permitia que o Brasil agisse com mais força na América do Sul, o que acabou contribuindo para uma melhor posição do Brasil frente a seus vizinhos. Muitas vezes, só as especulações que ocorriam em relação à amizade brasileira com os Estados Unidos já contribuía para uma imagem mais forte do Brasil.

No entanto, não foi só a amizade com os EUA que fez com que o Brasil tivesse sua posição no sistema internacional elevada, a capacidade da política brasileira de seguir seus próprios interesses, até mesmo contra políticas dos Estados Unidos que julgasse prejudiciais, também demonstra a relativa força que o país tinha durante a época. Um ótimo exemplo disso foi a já mencionada crise do truste do café. Apesar de o esquema paulista de valorização do café ir contra a política antitruste do presidente Taft, o Brasil conseguiu acabar com a questão de maneira favorável para si, o que mostrava que não só a relação com os Estados Unidos tinha grande importância para o Brasil, mas que as boas relações com o Brasil também se mostravam importantes para os EUA. Além disso, durante todo o período de Rio Branco, a balança comercial entre os dois países se mostrava extremamente favorável ao Brasil, que não concedia tantas facilidades aduaneiras para os EUA quanto eram concedidas aos produtos brasileiros no mercado estadunidense.

Outra importante característica da manutenção do status elevado do Brasil, principalmente em relação aos seus vizinhos sul-americanos, foi a capacidade diplomática brasileira de resolver conflitos. Durante o período Rio Branco, o Brasil enfrentava um desfalque nas suas forças armadas. Uma das grandes preocupações de Rio Branco era que o Brasil tivesse uma base militar capaz de sustentar a imagem nacional durante negociações, principalmente as de fronteira. No entanto, em relação a seus vizinhos, o Brasil não possuía uma supremacia militar. Em 1908, escrevia Rio Branco a Domício da Gama que, enquanto o Brasil possuía 84 canhões de tiro rápido, a Argentina possuía 500 deles²³. Esse fato demonstra a importância da habilidade diplomática do período de Rio Branco em defender os objetivos brasileiros apesar da falta de respaldo militar domesticamente.

²³ Carta de Rio Branco enviada a Domício da Gama em 15 de dezembro de 2008 transcrita em GUEDES, 2002.

Considerações Finais

O perfil de atuação do Barão de Rio Branco, quando à frente da política externa brasileira se caracterizou por uma pujança muito superior às capacidades brasileiras. O sucesso do Barão na resolução de seus conflitos fronteiriços, na criação de uma aliança na América do Sul e nas negociações com os Estados Unidos, principalmente nas referentes ao preço do café, demonstrou a habilidade diplomática de Rio Branco e de seu corpo diplomático. O respeito dos outros países americanos e das potências europeias permite-nos dizer que o Brasil possuía um status bastante diferenciado dos demais países americanos em desenvolvimento da época.

Apesar de ter capacidades militares menos elevadas do que alguns vizinhos, a atuação diplomática de Rio Branco e dos ministros que o sucederam conferiram ao Brasil uma imagem mais forte no cenário internacional. Sua capacidade de resolver seus problemas com seus vizinhos de forma vantajosa, de promover uma aliança com as principais potências do continente sul-americano e de tratar com as maiores potências, aliando-se tacitamente com a que se tornaria a maior em breve, nos permite apontar o protagonismo do país nas relações internacionais do continente já no início do século XX.

Referências

- BUENO, Clodoaldo. (2002). “O Barão de Rio Branco e o Projeto para a América do Sul”. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. “Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil”. Rio de Janeiro: EMC. p. 359-392.
- _____. (2003). “Política Externa da Primeira República”. São Paulo: Paz e Terra.
- BURNS, Bradford. (2003). “A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos”. Rio de Janeiro: EMC.
- CARVALHO, Carlos Delgado. (1998). “História diplomática do Brasil”. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal.
- CERVO, Amado. “As Relações Internacionais do Brasil”. (1994). In: _____. O Desafio Internacional. Brasília: Ed. da UNB.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. (2012). “História da política exterior do Brasil”. Brasília: Editora UNB.

- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. (2002). “O Barão de Rio Branco e a Política do Brasil no Prata – Uma Visão Brasileira”. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC. p. 437-461.
- FONSECA JUNIOR, Gelson. (2002). “Rio Branco e o Panamericanismo: Anotações sobre a III Conferência Internacional Americana”. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC. p. 393-406.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. (2002). “Fronteiras: o estilo negociador do Barão de Rio Branco como paradigma da política exterior do Brasil”. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC, p.111-134.
- GUEDES, Max Justo. (2002). “O Barão do Rio Branco e a Modernização da Defesa”. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. “Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil”. Rio de Janeiro: EMC, p.307-330.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1999). “The Lonely Superpower”. In: Foreign Affairs, vol. 78, n. 2, mar/abr, p. 35-49. Disponível em:
<<http://www.vub.ac.be/biccs/site/assets/files/Jonathan%20misc/1582019.pdf>>. Último acesso: 17 set. 2013.
- LARRIQUETA, Daniel. (2002). “Rio Branco e o Eixo do Atlântico”. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. “Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil”. Rio de Janeiro: EMC, p. 463-476.
- MOREIRA, Luiz Felipe; QUINTEROS, Marcela; SILVA, André Reis. (2010). “Relações Internacionais da América Latina”. Petrópolis: Vozes.
- SANGUINETTI, Julio María. (2002). “O Barão de Rio Branco e o Uruguai”. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. “Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil”. Rio de Janeiro: EMC, p. 111-134.
- SILVA, José Werneck; GONÇALVES, Willians. (2009). “Relações Exteriores do Brasil (1808-1930): a política externa do sistema agro-exportador”. Petrópolis: Vozes.
- TOPIK, Steven C. (2002). “As Relações entre o Brasil e os Estados Unidos na Época de Rio Branco”. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC.